

O DECRETO E A RESISTÊNCIA: A FORÇA DO NEOLIBERALISMO¹

The decree and strength: strength of neoliberalism

LIRA, Jailton Souza²

RESUMO

Este artigo examina os embates sindicais entre os trabalhadores da educação de Alagoas e o governo estadual Teotônio Vilela Filho por ocasião da mobilização pela manutenção de um acordo salarial firmado na gestão anterior que instituiu a isonomia salarial entre funcionários do Estado com formação em nível superior. A estrutura do artigo está organizada a partir das reflexões dos trabalhadores da educação suscitados através de entrevistas semiestruturadas realizadas em janeiro de 2012 e distribuídas ao longo do texto.

Palavras-chave: Mobilização; Isonomia salarial; Trabalhadores da educação

ABSTRACT

This article examines the conflicts between union workers and the education of Alagoas state government Teotônio Vilela Filho on the occasion of the mobilization for the maintenance of a wage agreement signed in the previous administration which imposed wage equality between officials of the State with a degree in higher education. The structure of the paper is organized from the reflections of educational workers raised through semi-structured interviews in January 2012 and distributed throughout the text.

Keywords: Mobilization; Isonomy; Wage workers in education

¹ Este artigo faz parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas intitulada "A trajetória dos trabalhadores da educação em Alagoas" defendida pelo autor em julho de 2012. O texto foi devidamente readaptado para a composição do presente artigo. Os depoimentos ao longo do texto foram colhidos a partir de entrevistas semiestruturadas com 12 trabalhadores da educação identificados por algarismos indo-arábicos.

² Doutorando em Educação pela UFPB, Mestre em Educação Brasileira e Graduado em História pela UFAL, Presidente do Conselho de Alimentação Escolar de Maceió. E-mail: <jailton_souza@hotmail.com>.

UM DECRETO PARA FECHAR AS CONTAS

As eleições do ano de 2006 no estado de Alagoas trouxeram muitas surpresas. O vencedor das eleições foi o economista e senador Teotônio Vilela Filho, apoiado pelo ex-governador Ronaldo Lessa (1999-2003/2003-2006) e pelo então governador Luis Abílio de Souza (2006). A eleição foi polarizada entre Vilela e o ex-deputado João Lyra - um dos mais importantes usineiros alagoanos -, apontado pelas pesquisas de opinião pública como o grande favorito durante toda a campanha eleitoral. Para o senado, a principal disputa deu-se entre Lessa e o ex-presidente Collor, que decidiu candidatar-se apenas um mês antes das eleições. Vilela consagrou-se vencedor em primeiro turno.

Durante a fase de formação da equipe de governo, algumas divergências entre o governo Abílio e os assessores de Vilela vieram a público, especificamente relacionadas à matéria financeira, assim como algumas queixas referentes ao espaço que o Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido ao qual Lessa e Abílio eram filiados, deveria ocupar no novo governo eleito que haviam apoiado durante o pleito.

A visita do ex-presidente Fernando Henrique e da ex-primeira dama Ruth Cardoso em fins de 2006 provocou uma série de especulações nos meios políticos sobre a opção administrativa e ideológica que o governador assumiria. O casal chegou a Alagoas para participar de reuniões de trabalho junto à equipe de Vilela, ajudando na formulação das diretrizes gerais do novo governo.³ A impressão geral, comentada nos veículos de comunicação, era de que alguma medida administrativa de grande impacto seria tomada assim que Vilela assumisse o cargo para reorganizar a máquina pública.

Quando então Teotônio Vilela tomou posse em janeiro, sua principal medida foi a publicação do decreto n. 3.555, de 12 de janeiro de 2007, revogando os aumentos salariais concedidos pelo governo anterior a todos os servidores estaduais e definindo que os salários voltariam aos valores nominais vigentes em abril de 2006. O decreto, anunciado em uma sexta-feira anterior ao pagamento dos servidores, causou confusão e perplexidade entre os trabalhadores do setor público. Na cerimônia de apresentação do decreto, o governador alegou que o Estado precisava cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, se queixou em ter assumido uma máquina pública insolvente.⁴ E, por fim, reclamou ter recebido uma *herança maldita* do governo anterior.⁵ A seguir um quadro-síntese:

³ O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a Alagoas em 26 de dezembro de 2006 junto com a família para passar as férias e participar de conversações políticas com a equipe de Teotônio Vilela. Em nota divulgada pela assessoria de comunicação do PSDB, Cardoso participaria da Missa de Ação de Graças e da posse de Vilela. Fernando Henrique enxergava na futura administração um modelo a ser referendado pelo partido (<http://www.gazetaweb.com.br> em 27 de dezembro de 2006 e acessado em 22 de janeiro de 2007).

⁴ Opinião bem diferente manifestada pelo governador Vilela meses antes (VILELA FILHO, 2006, p.11-12).

⁵ Segundo os dados apresentados pelo governador, o Estado arrecadava, em 2007, uma média de R\$ 270 milhões mensais, descontados R\$ 104 milhões dos repasses obrigatórios, restando R\$ 166 milhões. Desse total, R\$ 9 milhões eram recursos vinculados. Com isso, restariam R\$ 157 milhões. Desse montante, R\$ 26,5 milhões eram gastos com a saúde e R\$ 22,5 milhões com a educação. Dos R\$ 108 milhões restantes, R\$ 32,5 milhões eram repassados para a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Sobrariam apenas R\$ 75,5 milhões para pagar uma folha de R\$ 75,5 milhões, excluindo servidores da saúde e da educação. Segundo o governador, “não sobraria um único centavo para o funcionamento do governo, com custeio administrativo, combustíveis, energia, água, e todas as ações da área da segurança pública”. O Estado deveria ainda mais de R\$ 400 milhões, incluindo a folha de dezembro (Disponível em: <http://www.g1.globo.com.br> e acessado em 22 de janeiro de 2012).

QUADRO 1

Arrecadação e despesas do estado de Alagoas em 2007

Média mensal de R\$ 270 milhões	
Repasse obrigatórios	R\$ 104 milhões
Recursos vinculados	R\$ 9 milhões
Saúde	R\$ 26,5 milhões
Educação	R\$ 22,5 milhões
Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas	R\$ 32,5 milhões
Folha de pagamento	R\$ 75,5 milhões
Total	R\$ 270 milhões
Funcionamento do governo	R\$ 0,0 milhões
Débito do estado em janeiro de 2007	R\$ 400 milhões + a folha de dezembro/2006

Fonte: Secretaria da Fazenda (2007).

O governador afirmou também que a correção salarial faria com que o Estado ultrapassasse o limite financeiro de 46,5% da receita corrente líquida com folha de pagamento imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Em janeiro de 2007, a Secretaria de Administração informou que o Estado tinha o total de 51 mil servidores na ativa e 17 mil aposentados e pensionistas. Na área social, também foram suspensos os recursos para os programas de transferência de renda para famílias carentes, como o Projeto Bolsa Cidadã que repassava R\$ 75,50 para famílias de baixa renda com a contrapartida de manterem os filhos matriculados nas escolas públicas. Nove mil famílias recebiam esse benefício.

Mas o decreto não se referia apenas aos reajustes salariais

Art. 5º Fica suspensa, a partir de 1º de janeiro de 2007, pelo prazo de 6 (seis) meses, na Administração Direta e Indireta do Poder Executivo:

A realização de concurso para o provimento de cargos e empregos públicos, ainda que já autorizada, assim como a contratação de pessoal para atender a necessidade temporária;

A realização de procedimentos licitatórios cujo objeto seja a contratação de obras, serviços de engenharia, aquisição ou locação de móveis, veículos e equipamentos, inclusive de informática, sem a prévia e expressa autorização do Governador do Estado, em processo devidamente autuado, do qual deverão constar manifestação da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento, quanto à viabilidade orçamentária, e da Secretaria de Estado da Fazenda, quanto à viabilidade financeira da despesa pretendida;

A celebração de convênios com entes públicos e privados que importem transferência de recursos voluntários [...] (ALAGOAS, decreto n. 3.555, de 12 de janeiro de 2007).

Desde o governo Divaldo Suruagy (1995-1997), o pagamento do mês trabalhado na rede estadual era feito na primeira quinzena do mês subsequente. Os professores

tenham celebrado, através do seu sindicato, um acordo salarial com o governo anterior, em que seria paga uma parte (20%) de um reajuste para todos os que tivessem nível superior em outubro de 2006 e o restante em dezembro daquele ano. A isonomia salarial (igualdade de salários para funcionários com formação em nível superior) era um sonho antigo do magistério e foi conquistado mediante intensa mobilização meses antes.

Mas com o descumprimento do acordo por parte do governo Vilela, os 80% do resíduo da isonomia salarial do magistério a serem cumpridos em dezembro sequer chegaram a ser pagos, uma vez que seriam honrados no mês de janeiro. Com o decreto, o acordo foi desfeito. Para o magistério, a frustração era maior do que para o conjunto dos servidores civis e militares, que vinham percebendo seus vencimentos reajustados desde abril de 2006. Os comprovantes de pagamento do mês de dezembro (com a isonomia integral) foram distribuídos ainda na primeira quinzena do mês de dezembro, mas já não valiam nada.

Segundo o governador, a isonomia salarial representava um custo adicional ao tesouro estadual de R\$ 12 milhões por ano. No fim de semana seguinte ao decreto, novos demonstrativos foram impressos para todos os servidores com os subsídios vigentes em abril do ano anterior, como salientam os entrevistados:

O demonstrativo já vinha até constando a isonomia [...], parece que dobrou a margem do empréstimo consignado [...] os bancos foram prejudicados, eles podiam descontar parece, acima de 30% do valor do seu salário; então foi uma celeuma danada, não é? [...] Foi aonde nós começamos a travar uma luta extremamente desgastante, tanto para o governo quanto para a classe da educação. (PROFESSOR. Entrevista n.2)

Quando chegou o mês de dezembro, que era o último mês de mandato do governador Luis Abílio, o dinheiro foi depositado na fazenda pra pagar todo, inteiro. Porque o governo só pagava no começo de janeiro. Lembra que um atraso de quase 15 dias na folha, então só pagava dia 10, dia 15. Em dezembro o dinheiro de pagar a isonomia completo estava lá na folha. O que é que ocorre? Assume o novo governo Teotônio Vilela e a primeira tacada é acabar com a isonomia. (PROFESSOR, ex-dirigente sindical. Entrevista n.10)

Fatos importantes são relatados sobre as consequências provocadas pelo decreto do governo no primeiro depoimento (entrevista n.2). Nos meses seguintes aos reajustes concedidos em 2006, embora sem a comprovação exata do quantitativo de funcionários, milhares deles fizeram empréstimos consignados com as instituições financeiras, permitidos pelo aumento da margem consignável dos salários após os reajustes salariais. A legislação estadual definia que os funcionários podiam comprometer no máximo 30% dos vencimentos para honrar o pagamento das parcelas mensais dos empréstimos contraídos. Com a redução desses vencimentos determinada pelo decreto governamental, os bancos descontaram parcelas maiores do que as permitidas pela legislação, havendo pessoas que receberam valores menores ainda do que os vigentes em abril do ano anterior. Em muitos casos, não foi possível aos bancos sequer efetivar os descontos, dada a insuficiência do saldo de um número indefinido de servidores.

A REAÇÃO DOS TRABALHADORES

Após tomar conhecimento do real significado do decreto governamental, os servidores estaduais, articulados em torno da Central Única dos Trabalhadores, trataram de mobilizar suas bases para o inevitável enfrentamento que ocorreria. A polícia militar anunciou que iria aquartelar-se, com o apoio dos oficiais, também atingidos diretamente com a redução dos vencimentos. A polícia civil também iniciou uma greve, anunciando a paralisação de 2 mil agentes, seguidos pelos funcionários da área da saúde. Segundo o sindicato, um total de 7 mil servidores da saúde suspenderam as atividades, 70% do total. Os funcionários do Instituto Médico Legal de Maceió deixaram de recolher os corpos das pessoas em óbito no Estado.

Embora as negociações com representantes do governo em torno da questão da isonomia tivessem sido mantidas durante todas as fases do embate entre os servidores e a gestão Vilela, as mobilizações e atos públicos se sucederam, culminando com a ocupação da sede da Secretaria Estadual da Fazenda, o principal órgão de arrecadação. A avaliação geral das lideranças sindicais era que apenas uma ação de grande impacto faria o governo recuar na aplicação do decreto. Todos os andares do prédio foram ocupados, ficando os andares inferiores e todo o entorno ocupados pelos funcionários civis e, a partir do quinto andar, a cargo dos agentes da Polícia Civil. Centenas de servidores estaduais chegavam a todo o momento ao local da ocupação, ganhando o reforço do movimento dos trabalhadores rurais, levados à ação através da articulação das lideranças sindicais e líderes rurais.⁶ Os relatos comprovam a radicalidade das ações do movimento:

[...] Houve uma repercussão muito grande. Isso inclusive virou manchete nacional. Nós, servidores públicos, apoiados em nossos sindicatos (a maioria cutistas, vale ressaltar), reagimos automaticamente, indo para as ruas com manifestações maciças e chegando a ocupar a Secretaria Estadual da Fazenda, de forma pacífica por cerca de uma semana. (PROFESSOR. Entrevista n.1)

Nós chegamos ao ponto de invadir algumas secretarias. A gente chegou a invadir, no primeiro momento, a Secretaria de Finanças, da Fazenda. Depois houve a desocupação e a gente foi e invadiu a Secretaria da Educação. (PROFESSOR. Entrevista n.2)

Enquanto o procurador-geral de justiça considerou o decreto do governo inconstitucional, a justiça decretou a ilegalidade da ocupação, o que apenas indignou e encorajou ainda mais a base do movimento. As negociações contaram com a participação do arcebispado metropolitano de Maceió, enquanto Vilela tentou barganhar no Ministério da Fazenda, em Brasília, a redução do percentual de comprometimento das receitas estaduais com o Tesouro Federal.

Aos poucos, o Poder Executivo foi cedendo às reivindicações das categorias, ficando evidente que fizera uma avaliação equivocada (e apressada) sobre a capacidade financeira estatal em assumir o reajuste,⁷ se surpreendendo com a repercussão

⁶ O prédio da Secretaria da Fazenda foi ocupado por cerca de mil servidores, que desligaram equipamentos eletrônicos, elevadores e determinaram a retirada dos funcionários. Cerca de oito mil servidores participaram da passeata no centro de Maceió. Informação disponível em: <http://www.estadao.com.br/ultimasnoticias/nacional/noticias>, de 18 de janeiro de 2007. Acessado em 22 de janeiro de 2012.

⁷ Em 2007, o Tesouro Estadual registrou um superávit orçamentário de 2,54% em relação a 2006. As receitas estaduais cresceram 12,59%,

do movimento e a radicalização das ações. Na realidade, desde a publicação do decreto aos primeiros sinais de recuo do governo Vilela, “a correlação de forças” (HARNECKER, 2003; SOUZA, 1984) tinha mudado em favor dos trabalhadores, obrigando o governo a retroceder e negociar diante das incertezas do desenlace daquela situação. Esta foi uma alternativa que os governos adotaram diante de impasses imprevistos, impedindo que estes embates se prolonguem no tempo, com os riscos advindos, ainda segundo Harnecker (2003).

Recuando na negativa da concessão do reajuste para o conjunto dos servidores, em 29 de janeiro, o governo publicou novo decreto (n. 3.558) revogando a suspensão dos reajustes, excetuando-se o magistério:

Art. 1º - Os reajustes concedidos aos integrantes do Quadro do Magistério Público Estadual, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2006, serão gradualmente incluídos na folha de pagamento, observando-se a condição orçamentária e financeira do Estado e a Lei Complementar nº 101, de 2000 (ALAGOAS, 29 de janeiro de 2007).

Com a questão resolvida junto aos funcionários civis e aos policiais militares e civis (ainda que a negociação, em alguns casos, tenha implicado parcelamentos dos reajustes de até 12 meses, como foi o caso dos soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros), os servidores estaduais fizeram a devolução simbólica do prédio da Fazenda. O segmento da educação ficou completamente isolado, tendo que arcar sozinho com o custo político e financeiro das ações de pressão sobre o governo Vilela, com o objetivo de recuperar o que nem mesmo havia sido conquistado de fato.

A adesão dos educadores à greve foi completa e todas as escolas estaduais paralisaram as atividades entre janeiro e março de 2007. Nova ocupação foi realizada, desta vez na Secretaria de Educação, ignorando o interdito proibitório decretado pela justiça estadual.⁸

Em frente ao palácio do governo, foram feitos painelaços, comícios, acampamentos, cafés da manhã e atividades culturais. Os trabalhadores do interior foram novamente trazidos para a capital e, em uma demonstração de força e unidade, o revezamento foi constante, evitando o esvaziamento do movimento. Começou a nova greve da isonomia. E mais uma vez a educação foi vítima das circunstâncias administrativas e financeiras do Estado, mesmo contando com a solidariedade de outros segmentos, principalmente das lideranças da Polícia Civil e dos trabalhadores rurais.

A ocupação do prédio da Secretaria da Educação aconteceu no fim da tarde do dia 31 de janeiro de 2007, facilitada pelo fato de existir apenas um vigilante no local. O governo deslocou suas tropas militares para a Secretaria da Fazenda e para a sede do governo. Com a saída às pressas do secretário de educação, a ocupação provocou comemorações do movimento ao redor do prédio e atraiu a cobertura da imprensa estadual, que registrou os acontecimentos a partir do gabinete do

totalizando R\$ 3.447,4 bilhões de janeiro a dezembro. Já a variação das despesas entre 2006 e 2007 aumentou 11,84%. Enquanto as despesas em 2006 foram de R\$ 3.005.928.983,56 bilhões, em 2007 resultou em um total de R\$ 3.361.950.149,40 bilhões. A rubrica de custeio e investimento, no entanto, apresentou uma retração de 26,41% em 2007 (ALAGOAS, 2009).

⁸ Disponível em <http://noticiasterra.com.br> e acessado em 22 de janeiro de 2007.

secretário. Faixas e cartazes foram colocados na sede e os funcionários impedidos de cumprir expediente.⁹

Quando da ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda, Vilela determinou o uso da repressão pelas tropas do exército contra os profissionais acampados no prédio da Fazenda, em uma ação militar iniciada às cinco horas da manhã. O Sinteal utilizou os meios de comunicação para exibir trechos de discurso proferido pelo então candidato ao governo, senador Vilela, em que este prometia honrar cada centavo do pagamento da isonomia salarial do magistério, caso eleito nas eleições de 2006. O sindicato divulgou também que o acordo que viabilizava o pagamento parcelado do reajuste tinha sido acordado com sua equipe de governo durante o processo de transição com a participação de Vilela. Este argumentava que, quando concordou com o reajuste, não sabia da real extensão da situação financeira do Estado.

Outra movimentação política importante realizada pelos educadores foi a realização das *caravanas da educação*, que consistia na realização de grandes comícios, contando com um trio elétrico seguido por dezenas de ônibus, reunindo milhares de profissionais de todas as reuniões do Estado. Esses atos aconteceram nas cidades de Murici, Arapiraca e Santana do Ipanema. A avaliação do sindicato foi de que as mobilizações provocariam danos políticos à imagem do governo e que tais movimentações poderiam sensibilizar a opinião pública para a situação geral da educação estadual.

As diversas reuniões com a cúpula do governo e os representantes sindicais foram longas e cansativas. Geralmente iniciavam à tarde e estendiam-se até a madrugada. Parte da categoria que participou das mobilizações era convocada pelo sindicato para permanecerem nos acampamentos em vigília, aguardando o desenrolar das negociações. Alguns sindicalistas tinham a função de repassar para os presentes as informações resumidas das discussões que estavam sendo travadas na sede do governo. Havia o revezamento entre os trabalhadores, que negociavam com os colegas a sua substituição, tendo em vista que muitos professores trabalhavam em outras redes de ensino ou precisavam ausentar-se durante determinados horários. Boa parte apenas voltava para casa para tomar providências familiares, fazer a higiene pessoal e logo retornava ao local do acampamento.

As refeições eram feitas no próprio local da mobilização. Por conta do sindicato, distribuía-se água, refrigerantes, sanduíches, marmitas e sopas. Aconteciam apresentações artísticas e musicais (declamações de poemas, grupos de pagode, serestas) e discursos inflamados contra o estado de coisas em geral (ocorreu até comunicado oficial de desfiliação partidária). Também se jogava xadrez, dominó, cartas e se confeccionavam acessórios de roupas. As idas aos bares próximos também eram frequentes. A categoria encontrava várias formas de passar o tempo. O grupo diminuía visivelmente à noite. A vigilância noturna ficava a cargo de integrantes dos trabalhadores rurais, que permaneceram presentes em todos os momentos. Esses fatos foram bastante fortes na memória dos entrevistados (tanto para os funcionários de escola como para os professores), conforme demonstram os depoimentos a seguir:

⁹ Informação disponível em: <http://noticiasterra.com.br> em 31 de janeiro de 2007 e acessado em 10 de janeiro de 2012.

A ocupação da Fazenda, quando a gente foi pra lá pra lutar, foi um fato marcante. [...] enfrentando o Bope, enfrentando a Polícia Civil, enfrentando o governo. (FUNCIONÁRIA DE ESCOLA. Entrevista n.5)

O que foi marcante do que eu vivi foi a conquista da isonomia. Eu tenho orgulho dessa minha caminhada sindical [...]. Foi uma coisa “maravilha”. Foi muito bonita a luta. (FUNCIONÁRIA DE ESCOLA. Entrevista n.6)

A grandiosidade do movimento unificou o conjunto da base do Sinteal, ainda que seus elementos tenham sido motivados por interesses distintos. A greve da isonomia, caracterizada como uma campanha por equiparação salarial, fez com que 100% das escolas da rede estadual aderissem ao movimento, em uma demonstração de adesão raramente vista pelos próprios participantes daquela paralisação, tornando-se para eles *referência* em termos de atividade grevista. Em atividades grevistas anteriores, apenas parte da categoria (maioria, minoria ou parte significativa, mas sempre existiam vozes discordantes) emprestava apoio às deliberações de suspensão das aulas, o que sempre levava o sindicato a discutir com o governo através dos meios de comunicação qual o percentual de escolas paradas. Na paralisação em questão, essa discussão teve outro enfoque, o da confirmação do êxito integral do movimento do ponto de vista mobilizatório.

Em associação com os movimentos do campo, outra barreira simbólica para a compreensão da importância dos movimentos sociais entre os trabalhadores da educação foi superada. O apoio decisivo dos movimentos agrários ajudou no processo de politização da categoria, tanto pela notoriedade que passou a ser conferida ao potencial de mobilização de massa desses movimentos, como em relação ao papel social das suas bandeiras de luta, principalmente a defesa da reforma agrária. A participação dos trabalhadores do campo nos movimentos urbanos até então era visto com reservas por parte da base educacional (expressadas em frases do tipo: “Não tem nada a ver esse pessoal junto com a gente nesses atos públicos” ou “Por que o Sinteal dá apoio a esse pessoal?”).

Depois do decisivo auxílio desses movimentos à greve da isonomia, sua presença não só deixou de ser considerada algo estranho como também passou a ser requerida nas principais atividades sindicais a partir de então, revelando outra distorção do papel desses atores nas ações sindicais. Na ótica de muitos educadores, os movimentos rurais passaram a ser importantes apoios nas causas urbanas, como se estes não defendessem bandeiras próprias, tivessem prioridades distintas e uma dinâmica organizativa e programática própria. O trecho da entrevista selecionado dá bem a medida do sentimento de gratidão ao movimento rural por parte dos educadores:

Achei interessante também, no tempo desse movimento, como não era caracterizado apenas do professor, a gente solicitava um apoio significativo dos movimentos sem-terra. Eles ficaram lá o tempo todo junto conosco, inclusive até dando aula de educação, ajeitando a rua, pedindo para não sujar. Fora as madrugadas que nós ficávamos acordados com medo que acontecesse uma repressão [...]. A gente nem conseguia dormir. (PROFESSOR. Entrevista n.2)

Ao fim de cada rodada das negociações, os representantes sindicais repassavam os informes sobre eventuais avanços ou fracassos da reunião. Foram 70 dias de acampamentos.

Houve uma interrupção durante o período carnavalesco dessas ocupações, porque se temia que o governo utilizasse as forças repressivas contra os grevistas enquanto o centro da cidade estivesse deserto e a imprensa direcionava suas atenções para a cobertura dos festejos. Foi organizado, em frente ao Palácio do Governo, o bloco carnavalesco “Giz e pó, alergia só” em comemoração ao carnaval e em protesto contra as condições de trabalho.

FINALMENTE, UM ACORDO

A solução para o impasse surgiu da realocação de recursos da Secretaria da Educação, das verbas próprias do governo, de verbas de convênios e da utilização do saldo de recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação e Valorização do Magistério (Fundef) do ano anterior. Foi estabelecido novo parcelamento do reajuste, desta vez mais longa. A mesma fórmula tinha sido utilizada na negociação junto aos policiais civis e militares. O acordo foi celebrado em 27 de março de 2007:

[...] Considerando que é compromisso do atual Governo o pagamento da “isonomia” aos professores estaduais [...]

[...] Considerando que atualmente já está sendo pago o montante de 20% da “isonomia” dos profissionais da educação.

Cláusula 1ª. O Estado de Alagoas compromete-se a pagar o resíduo de 80% (oitenta por cento) da isonomia dos professores garantida pela Lei 6729 de 06 de abril de 2006 da seguinte forma:

- 40% (quarenta por cento), sendo o percentual retroativo ao mês de fevereiro do presente ano de 2007;
- 10% (dez por cento) no mês de outubro de 2007;
- 10% (dez por cento) no mês de fevereiro de 2008;
- 10% (dez por cento) no mês de março de 2008;
- 10% (dez por cento) no mês de abril de 2008, totalizando o valor de 100% (cem por cento) (ALAGOAS, 2007, cláusula 1ª).

Pelo acordo, o sindicato se comprometeu em encerrar imediatamente a paralisação, com a reposição dos dias parados. O acordo previu ainda:

Cláusula 4ª. Fica instituída, pelas partes pactuantes, mesa permanente de negociação com a seguinte pauta:

- O enquadramento dos funcionários administrativos da educação estadual;
- Enquadramento dos/das professores/as da licenciatura “curta”;
- Política previdenciária para os profissionais da educação;
- Discussão acerca da situação salarial dos professores com formação de nível médio;
- Acompanhamento permanente da execução orçamentária e financeira dos recursos vinculados à educação;
- Discussão, a partir de abril de 2008, acerca do pagamento do “resíduo da isonomia”.

A proposta provocou cisões entre a categoria, que não queria novo parcelamento e não acreditava que o governo iria cumprir o acordo. Outra crítica apontada era que o parcelamento da isonomia significava o congelamento dos salários dos professores durante os anos de 2007 e 2008, além da perda definitiva da conquista de 2006. Portanto, seriam três datas-base sem reposição inflacionária em busca de um salário que vinha sendo pago aos demais profissionais com curso superior desde abril de 2006. O sindicato argumentou que, após a totalização do acordo, iria buscar a atualização inflacionária dos vencimentos e que, naquele momento, aquela era a única saída possível. Os pontos de pauta que trataram do plano de cargos dos profissionais da educação e dos reajustes dos professores sem curso superior também ficaram para um momento posterior.

Com o longo tempo de mobilização do movimento (que ameaçava diluir-se pelas pressões externas, contradições e divisões *internas* entre os segmentos), as possibilidades de saída do impasse eram difíceis, devido à reduzida margem de articulação, segundo a avaliação das lideranças sindicais.

Para Souza (1984, p.14-15), para se fazer uma análise eficaz de conjuntura,

É fundamental perceber o conjunto de forças e problemas que estão por trás dos acontecimentos. Tão importante quanto apreender o sentido de um acontecimento, é perceber quais as forças, os movimentos, as contradições, as condições que o geraram. Procurar ver também os sinais de saída para o “novo”, o não acontecido, o inédito. Tão importante quanto entender o que já está acontecendo é estar atento aos sinais dos fenômenos novos que começam a se manifestar.

Após intensos debates, a proposta foi aprovada pela maioria da categoria e o movimento foi encerrado. Tanto o governo quanto o sindicato tentaram capitalizar politicamente o resultado das negociações. Entretanto, em decorrência destes embates iniciais e de outros que aconteceram ao longo do governo, a avaliação sobre a gestão Vilela é negativa, na visão da maioria dos entrevistados:

Porque é um governo que aplica uma política de total ataque e destruição não só dos serviços públicos, mas da sociedade como um todo [...]. Melhoria salarial, melhoria estrutural. É o mínimo que ele poderia fazer em prol da sociedade.

(PROFESSOR. Entrevista n.1)

Na realidade, eu sempre caracterizei o governo do Teotônio como um governo que não tem compromisso nenhum com o serviço público, sobre os valores essenciais, como a educação, a saúde e a segurança. Nós consideramos que o serviço público é a ponta inicial pra toda construção de uma sociedade mais justa. Mas não é o caso do governo do Teotônio Vilela. (PROFESSOR. Entrevista n.2)

O governo Vilela também é visto pelos entrevistados como um governo representante dos grupos dominantes, negligenciando a importância da função desenvolvida pelo funcionalismo público no atendimento das demandas da população que utiliza esses serviços. A declaração foi feita em tom de desabafo por um dos colaboradores da pesquisa:

Porque ele só valoriza quem ele precisa pra governar. Pra quem carrega o estado nas costas pra ele não tem valor nenhum. A sensação que a gente tem é essa. Se você é um trabalhador que rala pelo estado, você não tem valor nenhum, ele só dá valor a quem ele precisa pra governar. Em poucas palavras, é isso. (FUNCIONÁRIO DE ESCOLA. Entrevista n.7)

Há uma visão unânime entre os entrevistados a respeito dos efeitos nocivos das políticas neoliberais para a educação, ainda que nem todos soubessem conceituar o que é o neoliberalismo. De modo geral, os entrevistados sugeriram como consequências da política neoliberal a terceirização, a diminuição dos investimentos sociais, o abandono por parte do governo das áreas da saúde, educação e segurança pública, além da constatação de uma política salarial que prioriza a contenção de despesas com o pessoal.

Entretanto, não deixa de ser significativa a noção coletiva de que é plenamente possível sonhar com outra realidade de maior valorização e reconhecimento profissional. E que essas conquistas não são uma dádiva divina, mas é o resultado de muita união e combatividade dos trabalhadores contra os efeitos do capital.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Lei n. 6.197, de 26 de setembro de 2000. Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Estadual. **Diário Oficial do Estado**, Maceió, 27 set. 2000.

ALAGOAS. Decreto n. 3.558, de 29 de janeiro de 2007. Altera o Decreto n. 3.555. **Diário Oficial do Estado**, de 30 janeiro de 2007.

HARNECKER, Marta. **Estratégia e ação**. São Paulo: Edição Popular, 2003.

PRADO, Edna Cristina do. **Um olhar avaliativo sobre o MOVA - Regional no ABCD paulista: Dos movimentos populares dos anos 60 à perspectiva neoliberal**. 2007. 202f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro, 2008.

VILELA FILHO, Teotonio. **Programa de governo 2007-2010: Desenvolvimento econômico com bem-estar social**. Maceió: setembro de 2006.

Endereços eletrônicos consultados:

<http://www.alagoas24horas.com.br>

<http://www.cnte.org.br>

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://www.educacaouol.com.br>

<http://www.estadao.com.br>

<http://www.g1.globo.com.br>
<http://www.gazetadigital.com.br>
<http://www.gazetaweb.com.br>
<http://www.ibge.gov.br>
<http://www.ibge.gov.br.../pnad2009/>
<http://www.noticiasterra.com.br>
<http://www.senado.gov.br>
<http://www.sintea.org.br>
<http://www.tse.jus.br>
<http://www.tre-al.jus.br>
<http://www.tudonahora.com.br>

Data da submissão: 16/07/2012

Data da aprovação: 27/11/2012